


FUNDAMENTOS DA INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

FUNDAMENTALS OF CHILDHOOD AND COGNITIVE DEVELOPMENT IN THE EDUCATIONAL CONTEXT

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.028-006>

Antonia da Silva Pereira

Pós-graduação em Alfabetização e Letramento
Faculdade Única de Ipatinga
E-mail: tonia.pereira1@gmail.com

Edilene Ramos Texeira

Pós-graduação
Dom Alberto
E-mail: Edilene.texeira@edu.mt.gov.br

Érica Maiara Araújo Santos

Especialista em Educação Especial e Inclusiva (FETAC)
Especialista em Alfabetização e Letramento (UniSerra)
E-mail: ericamaiara484@gmail.com

Leandra Rafaella França Mancuso

Pedagogia - Unicesumar
Pós-graduação – AEE - Atendimento Educacional Especializado com Ênfase em Libras - FIC
Faculdades Integradas de Cuiabá
E-mail: lleandra.rafaella@hotmail.com

Leidiane Machado Pessoa

Alfabetização e Letramento
Grupo Educacional Faveni
E-mail: profleidianepeessoa@gmail.com

Lívia Maria Rolim Dourado

Pedagoga/Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica-Institucional e Neurociência
Universidade Metodista de São Paulo
E-mail: liviamari07@hotmail.com

Roseli Nunes da Silva Rodrigues

Pos-graduação em Educação Infantil e Letramento
Faculdade Tangará da Serra
E-mail: roselinunesnunes54@gmail.com

Simeibe Conceição dos Anjos

Pos graduação- Faculminas
E-mail: simeibee@hotmail.com



Susana da Silva Ribeiro

Especialização

Faveni

E-mail: susanasilvaribeiro@hotmail.com

Rosângela de Oliveira Silva

Psicopedagoga, Anhanguera Uniderp

E-mail: rose2025oliveira@gmail.com

RESUMO

No presente texto apresentaremos fundamentos teóricos sobre a infância, buscando articular as contribuições de Piaget, Vygotsky e estudos históricos. Inicialmente, apresentaremos a trajetória de Jean Piaget e suas contribuições no estudo do desenvolvimento da epistemologia genética, enfatizando como a construção do conhecimento por meio da interação entre sujeito e meio, nos estágios do desenvolvimento cognitivo. Abordaremos a evolução histórica da concepção de infância, desde a visão medieval de criança como “adulto em miniatura” até sua valorização na modernidade, conforme discutido por Ariès e demais pensadores como Comenius, Rousseau, Montessori e Freinet. Abordaremos concepções contemporâneas de desenvolvimento e aprendizagem, ressaltando a importância das interações sociais, do brincar e da mediação pedagógica, conforme Vygotsky. Por fim, apresentaremos a infância como direito garantido pela Constituição de 1988, destacando desafios na efetivação das políticas públicas e o papel da educação infantil no desenvolvimento integral das crianças, considerando aspectos cognitivos, sociais e afetivos

Palavras-chave: Infância; Desenvolvimento infantil; Piaget e Vygotsky; Educação infantil.

ABSTRACT

This text presents theoretical foundations on childhood by articulating contributions from Piaget, Vygotsky, and historical studies. It first introduces Jean Piaget’s trajectory and his contributions to the development of genetic epistemology, emphasizing how knowledge is constructed through interactions between the subject and the environment across cognitive developmental stages. It then discusses the historical evolution of the concept of childhood, from the medieval notion of the child as a “miniature adult” to its valorization in modernity, as analyzed by Ariès and other thinkers such as Comenius, Rousseau, Montessori, and Freinet. Contemporary conceptions of development and learning are also explored, highlighting the role of social interactions, play, and pedagogical mediation according to Vygotsky. Finally, the text presents childhood as a right guaranteed by Brazil’s 1988 Constitution, stressing the challenges in implementing public policies and the essential role of early childhood education in promoting children’s integral development—cognitive, social, and emotional.

Keywords: Childhood; Child development; Piaget and Vygotsky; Early childhood education.



1 INTRODUÇÃO

A compreensão da infância como período de desenvolvimento inicial com especificidades e singularidades é resultado de um longo processo histórico, social e científico, essas transformações foram essenciais para que a sociedade mudasse a maneira que entendia e interagia com as crianças.

A partir das contribuições de estudiosos como Piaget, Vygotsky, Ariès, Comenius, Rousseau, Montessori e Freinet, a infância começa a ser concebida com período singular e decisivo no desenvolvimento humano, permeado por especificidades cognitivas, afetivas, sociais e culturais.

Na sociedade atual, estabeleceu-se a noção de que a criança é um indivíduo ativo, capaz de criar conhecimentos, dar significado às experiências e interagir de forma complexa com o ambiente. Esse trajeto histórico e teórico, permeado por diversas concepções de desenvolvimento, possibilita entender como as ideias de cuidado, aprendizagem e educação infantil foram se modificando ao longo dos anos.

A teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget constitui um marco fundamental nesse percurso, ao evidenciar que a construção do conhecimento se dá por meio de processos constantes de interação entre o indivíduo e o ambiente, mediada por mecanismos como assimilação, acomodação e equilíbrio. Seus estudos sobre a formação da inteligência, conduzidos por meio de observações e métodos clínicos, demonstraram que a criança atravessa estágios específicos de desenvolvimento, cada uma delas organizada por tipos distintos de pensamento.

Adicionalmente, Vygotsky expandiu a perspectiva sobre o desenvolvimento infantil ao enfatizar a importância das interações sociais, da linguagem e da mediação cultural na constituição das funções psicológicas superiores. Sua ideia de zona de desenvolvimento proximal destaca o papel crucial do adulto e da interação social para o progresso da aprendizagem.

A análise histórica de Ariès, que mostra que essa etapa nem sempre foi socialmente reconhecida, também fortalece o debate sobre a infância. Por séculos, a criança foi percebida como um adulto em miniatura, sem identidade própria, e sua inserção precoce no mundo adulto era considerada normal. Apenas entre os séculos XVI e XVII começa uma transformação gradual, mas importante, caracterizada pela importância do cuidado, do afeto e da educação como aspectos essenciais da vida infantil. Rousseau, Comenius, Montessori e Freinet, entre outros pensadores, contribuíram de maneiras distintas para a formação de uma perspectiva mais sensível, humanizada e pedagógica da infância, enfatizando sua singularidade e capacidades.

Entender a infância nos dias de hoje implica em reconhecer sua complexidade e lutar por sua proteção como um direito essencial. Ao garantir prioridade absoluta às crianças, a Constituição Federal de 1988 reforça o compromisso do Estado, da família e da sociedade em assegurar o desenvolvimento integral, sobretudo por meio da educação. A educação infantil, que é a primeira fase da educação básica, tem um papel fundamental nesse processo, já que proporciona experiências variadas, interações significativas e o



desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. É fundamental superar perspectivas assistencialistas e fomentar práticas pedagógicas intencionais e integradoras para garantir que as crianças tenham uma infância completa, caracterizada pelo brincar, pela aprendizagem e pela formação de sua identidade.

O presente texto destaca trata-se de um trabalho de cunho teórico, justifica-se a utilização da pesquisa bibliográfica, compreendida conforme Ruiz (1996), como o exame das produções humanas registradas em livros, artigos e documentos ao longo da história. Para o autor, a bibliografia reúne obras escritas sobre determinado tema, permitindo ao pesquisador analisar o que já foi produzido cientificamente. Gil (2010) reforça essa perspectiva ao afirmar que a pesquisa bibliográfica se baseia em materiais já publicados, incluindo livros, revistas, teses, dissertações e anais de eventos científicos. O autor ressalta sua principal vantagem: possibilitar ao investigador acessar uma ampla gama de fenômenos que não seriam possíveis de serem estudados diretamente, além de ser indispensável para estudos históricos, nos quais o acesso aos fatos depende de registros bibliográficos. Assim, conclui-se que a riqueza da pesquisa bibliográfica reside na variedade de fontes disponíveis, como livros, materiais impressos, artigos e trabalhos acadêmicos.

Assim, este estudo expõe os fundamentos teóricos fundamentais sobre a infância, conectando as contribuições dos campos da psicologia, pedagogia e história. Ao abordar o desenvolvimento infantil de acordo com Piaget, o contexto histórico da infância e as ideias contemporâneas sobre aprendizagem, procura-se entender como diversas teorias e práticas ajudaram a reconhecer a infância como uma categoria social e uma fase única do desenvolvimento humano. Essa reflexão é essencial para reforçar iniciativas educativas que visam promover o bem-estar, a autonomia e o desenvolvimento integral das crianças.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A INFÂNCIA:DESENVOLVIMENTOS INFANTIS SEGUNDO PIAGET

Jean Piaget (1896-1980) renomado biólogo e filósofo suíço conhecido por seu trabalho pioneiro e considerado o maior expoente do estudo do desenvolvimento cognitivo. Para aprimorar seus conhecimentos na área, após formar-se foi para Zurich, onde exerceu a função de psicólogo experimental. Lá frequentou aulas lecionadas por Jung e trabalhou como psiquiatra em uma clínica. Essas experiências influenciaram-no em seu trabalho. Ele passou a combinar a psicologia experimental - que é um estudo formal e sistemático - com métodos informais de psicologia: entrevistas, conversas e análises de pacientes, que mais tarde utilizou em suas pesquisas para compreender como o conhecimento “cresce de um estado inferior a um superior”.

Em 1919, Jean Piaget mudou-se para a Paris, onde foi convidado a trabalhar no laboratório de Alfred Binet, onde aplicou testes de inteligência padronizada em crianças parisienses. Jean Piaget notou que



crianças francesas da mesma faixa etária cometiam erros semelhantes nesses testes, o que levou a concluir que o pensamento lógico se desenvolve gradualmente.

A sua estada em Paris foi um marco em sua vida, pois permitiu iniciar seus estudos experimentais sobre a mente humana e começou a pesquisar também sobre o desenvolvimento das habilidades cognitivas. Seu conhecimento de Biologia levou-o a enxergar o desenvolvimento cognitivo de uma criança como sendo uma evolução gradativa. A importância de sua permanência em Paris possibilitou transitar entre vários domínios da ciência tais como: a psicopatologia, a psicanálise, a lógica e a filosofia. E também por empreender sua atividade de pesquisa em psicologia do desenvolvimento, do qual mais tarde Piaget (1976) anotaria em sua autobiografia:

[...] finalmente, era objetivo meu descobrir uma espécie de embriologia da Inteligência, adequada à minha formação biológica. Desde o início de minhas reflexões teóricas, estava convencido de que o problema das relações entre o organismo e o meio ambiente também se apresenta no domínio cognitivo e ali aparece como o problema das relações entre o sujeito operatório e pensante e os objetos de sua experiência. Eu tinha a oportunidade de examinar esse problema à luz das noções da psicogênese o desenvolvimento das faculdades psíquicas e intelectuais. Afinal descobrira o meu campo de investigação para Piaget a descoberta do novo era um tema primordial e por isto indagava constantemente: como é possível chegar-se a algo novo? Talvez seja este o meu questionamento central. (p. 16-17)

Desta forma, as pesquisas realizadas em relação à psicologia do desenvolvimento, que também interligava com os mais importantes domínios de interesse de Piaget: a biologia e a teoria do conhecimento que propiciaram avanços em seus estudos relacionados à epistemologia genética, tornando-o mundialmente conhecido pela sua revolução epistemológica. Ao longo de sua brilhante carreira, Jean Piaget escreveu mais de 75 livros e centenas de trabalhos científicos, da qual destacamos: A Epistemologia genética, O nascimento da inteligência na criança, A psicologia da criança e A formação do símbolo na criança, de especial interesse ao nosso estudo.

No tópico seguinte faremos uma abordagem sobre o contexto histórico sobre a infância.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE INFÂNCIA

Na antiguidade, a criança era vista como um mal a ser superado quando alcançasse a vida adulta. A infância nem sempre foi reconhecida pela sociedade humana. Estudiosos da infância apontam que a criança e o adolescente não eram vistas pelos adultos na sua identidade até o limiar da história moderna. Não se tinha uma ligação afetiva entre os adultos e as crianças. Até mesmo a morte de um filho não era sentida pelos pais, porque para eles logo viria outro filho para substituir o que tinha morrido. As crianças eram entregues desde o nascimento para uma ama de leite e somente voltava para o convívio da família por volta dos sete anos, onde já era considerado um adulto em miniatura. Tudo que a criança precisava aprender era aprendido com os adultos, convivendo no meio deles. (Ariès, 1978)



A criança era, portanto diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais. Seria então interessante comparar a criança ao anão, que ocupa um lugar importante na tipologia medieval. (Ariès, 1978, p.14)

Esta condição perdurou por séculos. Ariès (1978) aborda como a família lidava em relação à criança, e como esta realidade vai se modificando na sociedade moderna quando então começa a resignificação do olhar para a criança, até mesmo após sua morte quando ela passa a ser lembrada. As crianças passaram a ser batizadas por imposição da igreja, e as mortes de crianças por infanticídio não passam mais a ser aceitas. Com a intervenção da igreja, a infância tem uma maior valorização e os rituais de batismo fizeram com que as crianças fossem mais valorizadas.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (Ariès, 1978, p. 65)

Neste período a criança começa a ser vista como um ente a ser amado e protegido pela família e pela igreja, que começa a impor os rituais de batismo para que as crianças não morressem sem o sacramento.

Também a infância é resignificada no contexto histórico e social da modernidade, graças ao avanço da ciência, as mudanças econômica e social. Várias vertentes de concepções foram construídas nos últimos séculos da história sobre a infância e a criança. A seguir serão apresentados alguns pensadores que contribuíram neste propósito. Recorremos a obra de Ujiie e suas contribuições (Ujiie, 2009).

Comenius, que “reconheceu a importância da infância para o desenvolvimento do ser humano, criou a analogia entre a formação da criança e o cultivo das plantas” (Ujiie 2009, p.13). De acordo com Comenius, a criança precisa de cuidados para crescer e dar frutos.

Rousseau atenta “para as particularidades de ser criança, que, nesta fase da vida, tem características peculiares necessitando de condições favoráveis para o seu desenvolvimento” (Ujiie 2009, p.13).

Pestalozzi (1746-1827), **Froebel** (1782-1852), **Decroly** (1871-1932), **Montessori** (1870-1952) entre outros, partem do pressuposto de que a criança é boa e deve ter condições para o seu desenvolvimento, que para eles é um processo natural. Eles concebem “a criança como “planta humana” ou “semente do bem” que precisaria de condições do meio para germinar, um ser repleto de potencialidades, um vir a ser constante, semente do amanhã” (Ujiie 2009, p.14).

Locke (1632-1704) traz concepção de que “a criança nasce como uma tábua rasa, sobre a qual ao adulto pode tudo imprimir.” (Ujiie 2009, p.15). **Freinet** (1896-1966) foi também um dos autores que trouxe grande contribuição à infância. Para ele “que se os conteúdos e conceitos das diferentes áreas do conhecimento fossem discutidos de forma viva e integrados, a escola se tornaria mais interessante àquelas crianças” (Ujiie 2009, p.18).



Piaget contribui muito para a educação através pressupostos teóricos por ele elaborados. A autora Ujiie (2009), nos confirma a afirmação acima citada, quando nos apresenta a seguinte argumentação:

Um ponto a ser destacado em Piaget diz respeito à sua concepção de infância como um período particular do desenvolvimento humano, que engloba o crescimento orgânico em interação com o meio até alcançar o nível subsequente, passando pelos seguintes períodos: sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto e operatório-formal. (p.18)

Toda a vida de Piaget foi voltada a estudar o desenvolvimento da criança, e seus estudos foram e são significativos para os mais variados campos de saber como: a psicologia, educação etc.

Para Piaget as construções mentais se dão a partir dos elementos sociais e afetivos, inicia-se nos primeiros meses de vida, para o autor “afeto e cognição resultam de uma adaptação contínua e independente, em que os sentimentos exprimem os interesses e os valores das ações ou das estruturas inteligentes”. (1975, p.265).

De acordo com Piaget (1975, p.267) “[...] o processo de assimilação e de acomodação ocorre normalmente, porque os esquemas pessoais são esquemas como os outros, cognitivos e afetivos”.

Muitas são as fases que contribuem para o desenvolvimento da criança e que são discutidas por Piaget. Temos a maturação, que segundo Piaget é um “fator que interfere, principalmente, ao crescimento fisiológico e ao desenvolvimento do sistema nervoso. Ela está presente em todas as transformações ocorridas durante o desenvolvimento.” (Faria, 1998, p.12).

Outra fase é a da experiência física e lógico-matemática, que de acordo com Piaget,

A experiência física é produto de ações como tocar, jogar, cheirar, saborear etc., do sujeito sobre os objetivos. Desta forma, o indivíduo descobre ou extrai conhecimento de qualidade e propriedades como cor, forma, energias etc.; a experiência lógico-matemática resulta de uma coordenação de ações (e não de uma única ação) que o indivíduo exerce sobre os objetos e da tomada de consciência desta coordenação. (Faria, 1998, p.13).

Segundo Piaget, o jogo é essencialmente assimilação, ou assimilação predominando sobre a acomodação, é uma simples assimilação funcional ou reprodutora. O jogo diferencia-se ainda mais das condutas de adaptação propriamente ditas (inteligência), para orientar-se no sentido da assimilação como tal: em vez do pensamento objetivo, que procura submeter-se às exigências da realidade exterior. (Piaget, 1975, p.115-116)

A fase da transmissão ou experiência social também tem papel importante no desenvolvimento da criança. Piaget afirma que “as idéias de uma pessoa são somadas, subtraídas ou multiplicadas às idéias de outras pessoas, dando origem a um sistema de relações que enriquece a vida intelectual dos indivíduos”. (Farias, 1998, p.15)



Já a equilibração é fundamental para a criança, Piaget defende que “uma descoberta, uma noção, uma ação etc. Devem se equilibrar com outras para levar o indivíduo a uma adaptação ao seu ambiente. A base de todo o processo de equilibração tem sido buscada na assimilação e na acomodação”. (Farias, 1998, p.15)

Piaget argumenta que não existem conhecimentos resultantes do mero registro de observações. Todo conhecimento pressupõe uma organização que só os esquemas mentais do sujeito podem efetuar. Segundo Lerbert (1976), “à medida que os esquemas de ação se organizam em sequências, o tempo começa a estruturar-se. O mesmo acontece com o espaço, mas a coordenação dos espaços permanece parcial, por falta de consistência do objeto permanece”. (p.19)

Piaget e Vygotsky em seus estudos demonstraram que conhecer e aprender são construídas por meio de trocas do sujeito com meio, portanto concebem o desenvolvimento é como um processo ativo, onde as crianças por meio de interações com o meio e com o outro desenvolvem diferentes capacidades, de forma integrada. Para o autor Vygotsky (1896-1934), o funcionamento psicológico se estrutura por meio das relações sociais, observando dentro de um contexto histórico e social, sendo que a cultura é essencial para este processo, pois fornece ao indivíduo símbolos de representação da realidade, permitindo a construção de uma interpretação do mundo real.

Para Vygotsky a criança no seu desenvolvimento apresenta um processo baseado em níveis, que denominou real e potencial. O nível de desenvolvimento real define etapas já adquiridas pela criança, aquilo que consegue fazer sozinha. Já o nível de desenvolvimento potencial refere-se à capacidade de cumprir tarefas com a ajuda. Sendo que entre esses dois níveis de desenvolvimento, observamos o desenvolvimento potencial, neste sentido a escola deverá encontrar meios para a criança avançar em sua compreensão, partindo desenvolvimento consolidado, buscando alcançar etapas futuras, ainda não adquiridas. Cabe ao professor interferir na zona de desenvolvimento proximal ou potencial promovendo avanços que não aconteceriam de modo espontâneo. Vygotsky destaca a importância do brincar, da brincadeira, como elemento de reconstrução individual daquilo situações de aprendizado. Jean Piaget (1896-1980), teve como preocupação central descobrir como se estruturava o conhecimento. A teoria piagetiana assegura que conhecer significa inserir o objeto do conhecimento em um sistema de relações, ou seja executar uma ação sobre o objeto, esse processo envolve a capacidade de organizar, estruturar, entender e depois, com a aquisição da fala, explicar pensamentos, conforme a criança constitui contato com o mundo. Piaget observa que o desenvolvimento pode ser compreendido pelos seguintes estágios: Estágio sensório-motor, estágio pré-operacional, operacional e concreto.

A perspectiva teórica de Piaget e Vygotsky, o sociointeracionismo destaca o papel do adulto no desenvolvimento infantil, podendo proporcionar múltiplas experiências diversificadas e enriquecedoras,



a fim de que as crianças possam desenvolver suas capacidades, respeitando o ritmo de desenvolvimento de cada criança.

A terceira infância compreende a faixa etária dos seis aos doze anos de idade, denominado anos escolares, a escola nessa fase consiste na experiência central, tornando-se centro no desenvolvimento físico, cognitivo e social, as crianças. Nesta fase desenvolvem maiores competências na dimensão físico, adquirem habilidades necessárias para participarem de jogos e esportes organizados, ficam mais altas, mais pesadas e mais fortes. O desenvolvimento motor nesta fase, permite participarem de muitas atividades; as habilidades motoras entre os gêneros são diferentes durante a puberdade, maior força dos meninos e das expectativas e experiências culturais. Os aspectos cognitivos envolvem grandes avanços no pensamento lógico e criativo, no juízo, na moral, na memória, na leitura e na escrita. Ocorre o aperfeiçoamento da memória, da compreensão, o entendimento dos processos de comunicação se aperfeiçoa e a interação entre colegas na escola auxilia no desenvolvimento da alfabetização.

A criança desenvolve a noção de autoconceito, possibilitando a formação de sistemas representacionais mais equilibrados e realistas. Em relação aos aspectos psicossociais, a autoestima liga os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da personalidade, no entanto isso depende do quanto a criança acredita ser competente e do apoio social que recebe. Nessa fase, a cultura possui forte influência nos relacionamentos da criança e nos papéis familiares, o relacionamento com seus pais ainda é o mais importante.

A Constituição Federal de 1988 insere o direito à educação como direito fundamental, neste sentido Estado tem o dever de garantir o acesso à educação a todos.

Sabe-se que é dever do Estado promover a garantia do acesso à educação infantil, desde a Carta Magna junto ao Artigo 205, seguido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei de Diretrizes Escolares e Declarações Universais. No entanto, ainda existe precariedade na oferta de prestação e efetivação desta garantia constitucional. Podemos observar que as políticas públicas neste aspecto não são suficientes de maneira que possam garantir a todos o direito social, fundamental e da personalidade à educação.

A educação é um direito e um componente essencial para consolidação da cidadania, sendo necessário a criação de estratégias para efetivação pelo poder público para garantido no âmbito da concretude. Para a efetivação da educação, na perspectiva de cidadania, é necessário entendê-la como direito integral, garantindo não apenas o acesso de acesso à escola como também a permanência, possibilitando aquisição e desenvolvimento de novos conhecimentos.

A educação infantil, por atender faixa etária menor, atribuem as instituições de educação infantil o papel cuidar de modo assistencial e compensatório, desenhando o papel da família em relação à criança. As instituições de educação infantil, precisam romper com essa visão assistencialista, e promover seu papel



socializador, propiciando o desenvolvimento integral das crianças, promovendo por meio de aprendizagens diversificadas a construção de identidade, em situações de interação. Na educação infantil as situações de aprendizagem não ocorrem apenas nas salas de aulas, mas ocorrem nas brincadeiras onde é possível as crianças desenvolverem integralmente.

Portanto, as instituições de educação infantil propiciam não só situações de cuidados, mas também brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada que contribuem para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. A educação auxilia o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas da criança. (Parâmetros Curriculares para Educação Infantil, 1998)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos princípios teóricos relacionados à infância possibilita entender que apesar de atualmente ser amplamente reconhecida e valorizada, tal feito é fruto de um processo histórico, político e científico caracterizado por mudanças significativas. O reconhecimento da infância como uma fase única do desenvolvimento humano, com características cognitivas, afetivas e sociais distintas, em vez de ser considerada uma etapa em que a criança era vista como um adulto em miniatura. Com as contribuições de estudiosos como Ariès, é possível entender essa mudança de perspectiva, notando que apenas com a modernidade a criança começa a ser vista como objeto de atenção, cuidado e proteção tanto pela sociedade quanto pela família.

As pesquisas de Jean Piaget revelaram uma perspectiva inovadora sobre o desenvolvimento cognitivo, ao mostrar que a construção do conhecimento não é um processo passivo, mas sim um processo ativo de interação entre o indivíduo e o ambiente. Seus princípios de assimilação, acomodação e equilíbrio, além da definição dos estágios de desenvolvimento, possibilitam entender como as crianças constroem gradualmente estruturas de pensamento mais sofisticadas. De maneira complementar, Vygotsky expandiu essa visão ao enfatizar que o desenvolvimento humano é fortemente afetado pelos contextos sociais, culturais e linguísticos. Sua concepção de zona de desenvolvimento proximal destaca a relevância da mediação pedagógica e das interações sociais como elementos fundamentais para o aprendizado infantil.

Ao integrar essas perspectivas, fica claro que a infância é um campo de muitas facetas, que requer visões abrangentes e práticas educacionais deliberadas. Entender as particularidades dessa fase envolve reconhecer a criança como um sujeito de direitos, participante ativa na construção de sua experiência e possuidora de habilidades que devem ser incentivadas em ambientes ricos, acolhedores e culturalmente relevantes. Nesse contexto, a educação infantil desempenha um papel fundamental, não só como um local



de cuidados, mas também como um ambiente propício para diversas formas de aprendizado, que promovem o desenvolvimento integral nas áreas física, cognitiva, emocional e social. Portanto, é essencial superar perspectivas reducionistas e assistencialistas para assegurar que as instituições desempenhem seu papel pedagógico e socializador.

No âmbito jurídico e político, é importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988 e outras legislações subsequentes reiteram que a infância é uma prioridade absoluta. Essas leis impõem ao Estado, à família e à sociedade a responsabilidade de garantir condições que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças. Contudo, a continuidade das desigualdades e a falta de políticas públicas eficazes evidenciam que ainda há muito a fazer para garantir plenamente esse direito.

Portanto, ao considerar os fundamentos teóricos da infância, também se está considerando os desafios atuais da educação, particularmente aqueles que envolvem garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação infantil.

Portanto, fica claro que entender a infância requer uma abordagem multidimensional que leve em conta os aspectos históricos, sociais, biológicos e culturais.

As contribuições de Piaget, Vygotsky e outros pensadores contemporâneos não só enriqueceram a discussão, mas também fundamentam práticas pedagógicas que visam o desenvolvimento integral das crianças. Assim, ao considerar a criança como sujeito de direitos e protagonista de sua própria aprendizagem, enfatizamos a necessidade de criar uma educação que valorize o brincar, a interação, o afeto e a mediação pedagógica. Esses elementos são essenciais para formar pessoas críticas, criativas e aptas a participar ativamente da sociedade.



REFERÊNCIAS

- ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. LTC, 1978.
- BRASIL. Ministério de educação e Desporto. Secretaria de educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: a criança**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol.1, p.27-54.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. Brincar. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília-DF: MEC/SEF, 1998. V1, V2 e V3.
- CAMPOS, J. A. P. P.; BACARJI, K. M. G. D'AVILA; SOUZA, T. N.; PARREIRA, V. L. C. *Psicologia da Educação*. Batatais: Claretiano, 2013. disponível: <https://pt.scribd.com/document/447895939/PsiEdu-PEGE-pdf-livro-psicologia-da-educacao>.
- PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho imagem e representação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. **Autobiografia e O nascimento da inteligência**. Ediciones Caldén, Buenos Aires, 1976.
- _____. **Seis estudos de Psicologia**. 1.ed. rio de Janeiro: Forense, 1967.
- _____. **O raciocínio na criança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- UJIE, Najela Tavares. **Educação, criança e infância no contexto das ciências sociais**. Revista Guaicará, vol.25, nº1, 2009. Disponível em: revista.unicentro.br/index.php/guaicará/article.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VYGOTSKY, L. S. *Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003.